



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA ACADÊMICA
ÁREA: CONTABILIDADE SOCIAL
PROFESSOR: JOÃO AMARAL DE MEDEIROS

BENEFÍCIOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NO CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E COMPETITIVIDADE NO MEIO EMPRESARIAL.

MÔNICA ALVES COSTA
MATRÍCULA Nº 9952141

Brasília/DF, Junho de 2005

MÔNICA ALVES COSTA
Matrícula: 9952141

**BENEFÍCIOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NO
CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E COMPETITIVIDADE NO
MEIO EMPRESARIAL.**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de bacharelado
em Ciências Contábeis do UniCEB –
Centro Universitário de Brasília, sob
orientação do professor: João Amaral de
Medeiros

Brasília/DF, Junho 2005.

MÔNICA ALVES COSTA

Matrícula: 9952141

A Banca Examinadora verificou e avaliou a presente monografia. Após sua apresentação pelo acadêmico, os membros opinaram pela sua aprovação.

Brasília, 28 de Junho de 2005

Professor Orientador: João Amaral de Medeiros

Professor: João Carlos Gonçalves

Professor: Nolberto Betim Furquim

Dedico este trabalho:

A Deus,
Pela Fidelidade e amor que é
eterno.

Aos meus pais,
Pelo incentivo e confiança.

Agradecimentos,

A Deus que dotou-me com inteligência e sabedoria. A Ele glória.

Aos meus pais, que me presentearam com o milagre da vida, educando – me para o sucesso profissional e pessoal.

Aos meus irmãos pelo apoio.

Aos meus familiares pelo incentivo.

Aos meus amigos por acreditarem em mim.

Ao Professor Orientador, João Amaral de Medeiros, que me ajudou nesta difícil tarefa.

RESUMO

Costa Alves, Mônica. Benefícios da Contabilidade Ambiental no Controle, Transparência e Competitividade no Meio Empresarial, 2005, 44 pág. Ciências Contábeis. Centro Universitário de Brasília UniCEUB, Brasília.

O trabalho visa demonstrar o quanto o estudo e a aplicação da contabilidade pode ser importante para o controle, transparência e competitividade da contabilidade ambiental. Os reflexos da ação do homem sobre o meio ambiente sempre foram negativos, porém foram drasticamente maximizados a partir do século XIII, quando a revolução industrial e o capitalismo levaram ao aumento da produção, conseqüentemente aumentando o volume das matérias-primas empregadas nos processos produtivos. A integração da utilização das fontes abióticas (ar, água, terra, energia) e bióticas (flora, fauna) ao manejo econômico é determinar mais claramente que o meio ambiente como fonte de capital natural ao receptor de detritos do processo de subprodutos gerados durante a produção de capital pelo homem e por outras atividades humanas. O papel da contabilidade em relação ao meio ambiente é o de tentar mensurar, quantificar, os recursos à disposição da empresa e os impactos causados por esta sobre o ambiente de maneira geral. A transparência das informações a serem divulgadas, competitividade, eficiência, qualidade, produtividade, flexibilidade de produção, inovação tecnológica, satisfação de clientes, cuidados com o meio ambiente são alguns tópicos que fazem parte das preocupações cotidianas do meio empresarial.

Palavras-chaves: Meio ambiente, Transparência, Competitividade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Tema	10
1.2 Delimitação do Tema.....	10
1.3 Justificativa da Escolha do Tema.....	10
1.4 Objetivo	11
1.4.1 Objetivo Geral	11
1.4.2 Objetivo Específico	11
1.5 Problema.....	11
1.6 Metodologia	12
1.7 Organização do Trabalho	12
 2 O MEIO AMBIENTE COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE	14
2.1 A preocupação Ambiental	15
2.2 Normas Brasileira para o Meio Ambiente	20
 3 A DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAIS	21
3.1 Formas de Evidenciações Ambientais.....	22
3.2 Transparência no Brasil.....	24
 4 A INFLUÊNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO MEIO EFICAZ DE INFORMAÇÃO.....	26
4.1 Preocupação com Relação Empresa Meio Ambiente	27
4.2 Balanço Social	28
 5 A COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE	32
5.1 Vantagem Competitiva	32
5.2 Importância para a Competitividade.....	35
 6 O CONTROLE AMBIENTAL COMO FORMA DE ASSEGURAR A QUALIDADE DE VIDA	38
6.1 Licenciamento Ambiental.....	40
 7 CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS	44

1 - INTRODUÇÃO

No princípio, a terra foi criada com um grande propósito: a habitação de seres humanos. A criação ocorreu de forma excelente, contendo todos os elementos necessários para suprir as necessidades básicas do ser humano, tendo como objetivo principal a preservação da vida.

Devido ao crescimento das populações, o ser humano encontrou a questão da escassez, que surge em virtude das necessidades humanas ilimitadas. O crescimento populacional renova as necessidades básicas. O contínuo desejo de elevação do padrão de vida e a evolução tecnológica fazem com que surjam “novas” necessidades.

A humanidade tem passado por várias transformações, tendo em vista que o homem, a cada dia, procura formas de “melhorar” o meio ambiente e as condições de vida. Novos processos produtivos foram descobertos, objetivando maiores quantidades e melhor qualidade dos produtos, com o advento da industrialização, ocorrida na Inglaterra, no século XIII, sempre visando maiores lucros

As conseqüências da ação humana sobre o meio ambiente não foram percebidas pelos produtores, tendo como resultado problemas ambientais de grandes dimensões, como poluição, abertura na camada de ozônio e a falta de disponibilidade de água potável no planeta.

A busca do desenvolvimento econômico assegurando a preservação ambiental tem conduzido as empresas, participando de minimizar os impactos negativos de suas atividades e a busca de melhor qualidade de vida para a humanidade.

1.1 Tema

Contabilidade Ambiental

1.2 Delimitação do Tema

Os benefícios da contabilidade ambiental no controle, transparência e competitividade no meio empresarial.

1.3 Justificativa da Escolha do Tema

Diante da crescente e assustadora degradação ambiental, faz-se necessário que as empresas tenham a conscientização do dever de incorporar, além da obtenção de lucros, a responsabilidade de preservar o meio ambiente.

Procura entender o meio ambiente é fato relevante que deve ser avaliado mundialmente. Todos deveriam passar por um processo de educação ambiental com o objetivo de conscientizar os cidadãos sobre o problema e promover a participação da população na solução dos problemas.

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Este trabalho tem como objetivo geral demonstrar os benefícios da contabilidade ambiental no controle, transparência e competitividade da empresa que se preocupa com o meio ambiente.

1.4.2 Específicos

- analisar a divulgação de informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das empresas;
- demonstrar a importância da competitividade empresarial em relação ao meio ambiente;
- demonstrar a importância da contabilidade ambiental como meio eficaz de informação;
- analisar o controle ambiental como forma de garantir a preservação da vida.

1.5 Problema

Qual a importância da contabilidade ambiental no controle, transparência e competitividade para as empresas que respeitam e preservam o meio ambiente?

1.6 Metodologia

Para a elaboração da pesquisa foi utilizado o método bibliográfico, tendo em vista que o estudo baseou-se na procura em livros, revistas e web site de matérias relacionadas à contabilidade ambiental.

Nas ciências humanas as pesquisas geralmente não adotam a experimentação, pois cada área possui suas particularidades. As pesquisas na área da contabilidade possuem tendência a ser do tipo não experimental, aquelas nas quais o pesquisador observa, registra, descreve, analisa e correlaciona os fatos sem manipular as variáveis, interferindo na realidade.

1.7 Organização do Trabalho

Este trabalho está estruturado em sete capítulos:

- a introdução apresenta a delimitação do tema, objetivos e outros elementos necessários à situação leitor sobre o desenvolvimento;
- o capítulo segundo trata do meio ambiente como patrimônio da humanidade, onde mostra que o homem tem o dever de cuidar da natureza com responsabilidade e conhecimento. A ausência da preservação poderá levar o planeta ao caos.

- o terceiro capítulo trata da divulgação e transparência de informações ambientais, onde se vê que a sociedade deve ter acesso às informações econômicas e financeiras no mundo empresarial, para ter conhecimento, com transparências, sobre o que as empresas estão fazendo em prol do meio ambiente.

- o quarto capítulo reflete sobre a influência da contabilidade como meio eficaz de informação. Traz reflexão sobre a importância das informações que o balanço social tem para divulgar a postura da empresa e para que os interessados tomem conhecimento da linha de conduta que está sendo adotada pelo meio empresarial.

- o quinto capítulo mostra a importância da competitividade empresarial em relação ao meio ambiente destacando o crescimento da contabilidade do meio ambiente para as empresas em geral diante da escassez e acesso aos recursos naturais.

- o sexto capítulo apresenta o controle ambiental como forma de garantir a preservação da vida, onde se evidencia que a conscientização e conhecimento poderiam promover atitudes corretas e o desenvolvimento de habilidades específicas para a solução de problemas.

2 O MEIO AMBIENTE COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

A ecologia é a área das ciências biológicas que estuda os seres vivos em relação com o meio ambiente. A maior unidade ecológica conhecida, a biosfera, abrange todos os ambientes onde vivem os seres vivos, podendo ser dividida em subunidades ecológicas menores, os ecossistemas.

Um deserto, uma floresta tropical ou um lago são ecossistemas nos quais existem delicados equilíbrios entre os organismos e o ambiente. Uma pequena modificação pode alterar esse equilíbrio e modificar o ecossistema. As mudanças naturais nos ecossistemas são relativamente lentas, o que permite que eles evoluam junto com as modificações.

As alterações ambientais provocadas pelo homem, no entanto, são violentas e suas conseqüências, muitas vezes irreversíveis. A mão humana foi responsável pela destruição de muitos ecossistemas e pela extinção de inúmeras espécies de animais e vegetais.

A utilização desregrada de inseticidas e herbicidas, por exemplo, além de poluir o ambiente do homem e contaminar seus próprios alimentos, permite o crescimento populacional de espécies mais resistentes ou que não encontram mais seus inimigos naturais. Como conseqüências, baratas, pernilongos, mosquitos diversos

proliferam, destruindo lavouras e alimentos armazenados e transmitindo doenças ao homem e aos animais domésticos.

Outro exemplo é a destruição de florestas para a extração predatória de madeira. A falta de vegetação, além de alterar o clima, diminui a capacidade de infiltração da água no subsolo, provocando a escassez de fontes de água potável e de recursos hídricos.

As violentas enxurradas que se formam devido à inexistência do obstáculo vegetal, além de erodir o solo, carregam sua parte mais fértil exigindo dos agricultores grandes investimentos em adubos e fertilizantes.

2.1A Preocupação Ambiental

A degradação excessiva do meio ambiente e a escassez exagerada de recursos naturais têm chamado a atenção em todo o mundo, e com isso o meio ambiente vem atraindo cada vez mais atenção e interesse.

O impacto dos danos ambientais nas gerações e seus reflexos fizeram com que a questão ambiental atravessasse fronteiras e, se tornasse globalizada.

No século XX, na década 40, no EUA em 1947, foi criado no estado Campos, o Federal Insecticide, fungicide, and Rodenticide Act, com a responsabilidade de

regulamentar e investigar as ações e os impactos dos fungicidas, inseticidas, raticidas – entre outros produtos – no meio ambiente, bem como seus efeitos na humanidade.

Foi realizada em Lake Success, nos EUA em 1949, a conferência da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos (UNSCCURE).

Na década de 50, a deterioração ambiental e sua relação com o estilo de crescimento econômico já eram objetos de estudo e preocupação internacional. Cita-se, por exemplo, Albert Schweitzer, filósofo, teólogo luterano, organista intérprete de Bach, médico missionário que em 1952 ganhou o Prêmio Nobel da Paz ao popularizar a ética ambiental e por seus esforços pela “Irmandade das Nações”.

Nos anos 60, nos Estados Unidos, houve profunda mudança na atitude do povo americano com relação à necessidade de normas ambientais federais, suscitada em parte por Silent spring (Primavera silenciosa), de Rachel Carson, bióloga marinha norte-americana, que resultou em pressão para que os políticos agissem. O livro foi publicado em 1962 e presidiu o rito de passagem para um momento novo na história humana, o da preocupação com os rumos do desenvolvimento próprio da sociedade industrial.

Em 1967 foi criado o Environmental Defense Fund (EDF) para pressionar por soluções legais para os danos ambientais.

O National Environmental Policy Act (NEPA), primeira agência nacional de proteção ao meio ambiente, promoveu em 1969, nos EUA, a utilização de processos sistêmicos de avaliação de impactos ambientais, que resultaram no surgimento de muitos modelos de sistemas e que serviram de base para a Avaliação de Desempenho Ambiental (ADA).

No ano seguinte, nasce o Greenpeace no Canadá, com um programa agressivo para acabar com a destruição ambiental através de protestos civis e interferência pacífica.

No ano 1972, em Estocolmo, Suécia um acontecimento marcante para a questão ambiental foi a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, liderada por Maurice Strong. Permaneceu a oposição entre meio ambiente e crescimento econômico mencionando no relatório Os limites para o crescimento. Essa conferência contou com representantes de 113 países, 250 organizações não governamentais e vários organismos da ONU.

A ecologia profunda foi em 1973 como resposta à visão dominante sobre o uso dos recursos naturais. No Brasil, nessa mesma época, o Prof. José Lutzenberger já propunha idéias semelhantes e desencadeava o movimento ecológico brasileiro com a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan).

No ano de 1973, foi criada no Brasil a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) ligada ao Governo Federal, Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e

Amazônia (MMA). Nessa época, o Conselho Federal de Educação tornou obrigatória a disciplina Ciências Ambientais em cursos universitários de Engenharia.

Na década 80, surgiu o que se pode chamar de base conceitual para a abordagem científica da AIA. Publicações científicas procuraram demonstrar e destacar sua importância. Os principais instrumento que viabilizam a execução das AIAs são os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e os Relatórios de Impactos ao Meio Ambiente (RIMA).

No Brasil, os EIA-Rimas foram implementados pela Lei Federal n 6.938/81 e pela Resolução n 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil dedicou o Capítulo VI ao Meio Ambiente e no Art. 225, inciso VI, determina ao Poder Público promover a Educação Ambiental e o Primeiro Fórum de Educação Ambiental.

No início da década de 90 muitos países, sobretudo os desenvolvidos, começaram a ser cobrados para criarem ferramentas que identificassem e avaliassem seus impactos ambientais. Acredita-se que muitos impactos ambientais vêm sendo reduzidos devido aos avanços de técnicas, métodos e processos de avaliação de impactos e riscos ambientais.

Nessa década, precisamente no dia 03/06/1992, houve um evento importante no Rio de Janeiro, que foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio

Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como Cúpula da Terra, Rio 92, ou Eco 92. Os documentos principais produzidos foram a Agenda 21, a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e Convenções sobre o Clima e sobre Biodiversidade, como fórum de organizações não governamentais assinando um conjunto de tratados paralelos.

O Rio de Janeiro serviu como centro de encontro de 114 chefes de Estado, 10.000 jornalistas e uma população visitante avaliada em 500 mil pessoas. Pela primeira vez, estadistas e representantes de organizações não governamentais, a voz da sociedade civil, reuniram-se para discutir o futuro do planeta.

A implementação da ECO-92 e como um elemento de ligação entre os vários conselhos nacionais ligados ao desenvolvimento sustentável, para atuar como ponto focal, foi criado o Conselho da Terra.

No ano 2002 a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Cúpula da Terra 2, reuniu-se em Johannesburgo, África do Sul. Onde resultaram o Plano de Implementação da Agenda 21 tem como objetivos Supremos a serem alcançados: erradicação da pobreza, mudança dos padrões insustentáveis de produção e consumo, produção de recursos naturais.

2.2 Normas Brasileiras para o Meio Ambiente

As normas ambientais brasileiras são consideradas as melhores do mundo. Visando a defesa do meio ambiente, existem instrumentos legais em grande quantidade e boa qualidade. O Brasil possui um conjunto diversificado de dispositivos e instrumentos legais que prevê a regulamentação de proteção, controle e gestão ambiental. Existem dezessete leis ambientais com o objetivo de garantir a preservação do grande patrimônio ambiental do país, apesar de não serem cumpridas adequadamente.

O Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 discorre que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Assim, o não cumprimento das medidas à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará aos infratores: o pagamento de multa simples ou diária; à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público; à perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e à suspensão de sua atividade empresarial.

3 A DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS.

O objetivo central da contabilidade é o de prover informação a seus usuários, no intuito de que estes possam tomar decisões adequadas, que sejam úteis e que, por conseguinte, acrescentem, maximizem para seus interesses pessoais o uso dessas informações econômicas e financeiras.

O usuário é toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação presente de uma entidade. Essas demandas podem ser dos empregados, acionistas, administradores públicos, clientes, bancos, investidores, organizações ecológicas, seguradoras e comunidade local.

No Brasil, existem vários tipos de sociedades que operam com finalidades lucrativas. Constituem-se em empresas de responsabilidade limitada e em sociedades por ações. Também existem outros tipos de entidades que não têm essa finalidade específica, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), que defendem interesses da comunidade, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

A lei estabelece que, ao fim de cada exercício social, a administração das empresas devem elaborar, com base na escrituração contábil, as seguintes demonstrações contábeis para as sociedades por ações, que por praticidade são adotadas pela maioria dos outros tipos de empresas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos

Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.

A sociedade não tem conhecimento do desempenho econômico e financeiro dessas entidades, nem de seu desempenho social e ambiental.

3.1 Formas de Evidenciações Ambientais

As sociedades por ações de capital aberto, divulgam ainda além das demonstrações contábeis mencionadas, para atendimento dos usuários de informação, as seguintes evidenciações: Relatórios da administração e Notas Explicativas.

Os relatórios da administração não apresentam muitas informações relacionadas ao meio ambiente. Existem recomendações incluídas nas descrições dos negócios da empresa. Por exemplo, informações sobre os efeitos materiais de acordo com a legislação em vigor, regulando as descargas de materiais ou de outras maneiras relacionadas com a proteção do ambiente, ou ainda sobre gastos de capital, ganhos, ou a posição competitiva da empresa.

A Comissão de Valores Mobiliários publicou o Parecer de Orientação nº 15/87, em que sugere uma nota de Relatório da Administração quanto aos investimentos efetuados a favor do meio ambiente. Esse parecer é composto por dados qualitativos e subjetivos ou ainda quantitativos físicos. Os valores são informados, não

são identificados como despesas ou investimentos, e não guardam qualquer relação com outro elemento das demonstrações contábeis.

O relatório da administração, como componente das demonstrações financeiras, pode e deve expressar a posição da direção da entidade no que diz respeito às políticas postas em prática ou que porventura venham a ser adotadas, ressaltando os pontos positivos, mas não omitindo os pontos negativos decorrentes de políticas ambientais.

As notas explicativas conforme a política contábil devem descrever as normas adotadas para contabilizar as medidas de proteção do meio ambiente. Podem ser destacadas seis medidas de proteção: 1 - ao reflexo nas operações do montante relacionado com as medidas ambientais; 2 - à origem de financiamento e à política de amortização; 3 - à consignação dos passivos; 4 - à criação de provisões e de reservas para atender a casos de acidente ecológicos; 5 - à divulgação da informação sobre passivos eventuais; 6 - ao critério aplicado às subvenções oficiais.

Surgem algumas informações adequadas às notas explicativas com os respectivos comentários. De acordo com o Parecer de Orientação Nº 21/90, tratando da continuidade normal dos negócios, quando for identificada situação de risco iminente de paralisação total ou parcial das empresas da companhia, a nota explicativa deverá fornecer maiores detalhes sobre os planos e possibilidade de sua recuperação ou não.

Com relação a ônus, garantias e responsabilidades eventuais e contingentes, de acordo com a Lei Nº 6.404/76, art. 176, e Nota Explicativa da Instrução CVM Nº 59/86, devem ser divulgados os ônus reais sobre elementos do ativo; as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades, cuja probabilidade for difícil de calcular ou cujo valor não for mensurável, deverão ser evidenciados em nota explicativa. As notas explicativas, portanto, que deveriam exercer um papel de complementação de informações ou ainda para maiores detalhes de fatos existentes no corpo das demonstrações financeiras, restringem-se ao mínimo necessário exigido por lei.

3.2 Transparência no Brasil

A administração do impacto das atividades empresariais no meio ambiente exige que os empresários tenham uma postura ética com consciência ecológica e adotem uma postura proativa na proteção do meio ambiente, pois a administração responsável dos impactos ecológicos está mais vinculada ao compromisso efetivo de preservar um legado para as próximas gerações do que aos problemas existentes no processo de mensuração e registro dos impactos atuais.

Na prática, o contexto de atuação de grande parte das entidades brasileiras não corresponde a esta visão idealizada, sendo caracterizado por diversos fatores que contribuem para a manutenção de uma cultura pouco desenvolvida de prestação de contas e que desestimulam a difusão da Contabilidade Financeira Ambiental (CFA), como, por exemplo, o baixo grau de internacionalização da economia e o de educação

ambiental, o controle de grande parte das empresas por grupos familiares, a gestão não profissionalizada, atuação não muito ativa de grupos de interesses, a existência de penalidades reduzidas para a falta de transparência, a falta de incentivos para a adoção de ações corretivas ou que evitem o desperdício e a falta de confiança na estabilidade das regras.

As contas ambientais devem ser permanentemente acompanhadas pela sociedade através da transparência nos procedimentos de aplicação dos recursos naturais e com a divulgação dos resultados de forma clara e confiável.

A busca da transparência na gestão ambiental é um dos elementos fundamentais para a manutenção do equilíbrio.

A contabilidade tem um papel importante diante da administração moderna, pois se afigura como um processo gerador das informações sobre o que a administração realizou em termos financeiros, servindo de instrumento que possibilite informações para tomada de decisões, controle e avaliação de desempenho, por possibilitar informações para comparações e avaliações de caráter gerencial, nas áreas econômicas, verificando sua eficiência, eficácia e efetivação.

A transparência na gestão ambiental é o principal instrumento para o controle social.

4 A INFLUÊNCIA DA CONTABILIDADE COMO MEIO EFICAZ DE INFORMAÇÃO.

A contabilidade existe desde os tempos mais remotos da humanidade. Tem-se conhecimentos através da história de que os homens primitivos faziam desenhos nas paredes das cavernas como se estivessem controlando algo que lhes pertencia. Com o passar do tempo, o homem começou realmente a controlar seus bens, contando as ovelhas. Mais tarde os escravos e suas terras. A contabilidade é tão antiga quanto a humanidade, pois a existência do controle do patrimônio indica a existência da contabilidade. A escrita, os algarismos e a moeda foram algumas condições indispensáveis para o surgimento e desenvolvimento da contabilidade. A escrita foi fator preponderante ao registro, pois antes dela os homens pré-históricos recorriam aos símbolos e desenhos.

A contabilidade tem-se mostrado como ciência dinâmica que surgiu, desenvolveu-se e alterou-se em função das modificações sofridas por seu objeto de estudo, modificações influenciadas pelo contexto histórico mais amplo. A contabilidade encontra-se constantemente desafiada a ajustar-se às novas realidades para que mantenha sua legitimidade enquanto ciência social aplicada.

A complexidade da vida comercial e financeira somada ao agigantamento das companhias, das fazendas rurais, dos bancos e das manufaturas, colocou a necessidade de demonstrações contábeis que serviram tanto para os gerentes orientarem-se no aproveitamento lucrativo das oportunidades de trocas quanto para o

controle da performance da empresa e sobre os possíveis atos de negligência, sabotagem ou corrupção.

A Contabilidade, sendo uma ciência social, como consequência lógica, está assumindo a responsabilidade de tratar de assuntos ligados aos fenômenos ambientais.

Considera objetivos de estudos e evidências ambientais por meio da Contabilidade: proteção da biosfera; uso racional de recursos naturais; redução e eliminação de desperdícios; uso eficiente da energia; redução de riscos para os trabalhadores e comunidade circundante; venda de produtos e serviços seguros; compensação de danos causados; informação sobre a empresa e o meio ambiente; designação de diretores e responsáveis pelas questões ambientais.

4.1 Preocupação com Relação Empresa-Meio Ambiente

Diversas ocorrências desafiam a contabilidade a adaptar-se às novas necessidades que a sociedade apresenta, entre as quais está a necessidade de obtenção de informações relativas ao meio ambiente.

As empresas possuem uma função social e, quando essa atividade, por força de sua organização, começa a merecer o nome de empresa, ela se torna inevitavelmente um elo essencial na cadeia de equilíbrio do meio ambiente como um todo. Porém, o que aconteceu foi um desequilíbrio entre o sistema empresarial e a natureza.

A história registra que o homem sempre utilizou os recursos naturais e gerou resíduos com baixo nível de preocupação. Tudo era abundante e gratuito, a natureza não reclamava, a população mundial não se preocupava. O enfoque sempre foi “diluir e dispersar”, sem qualquer preocupação com uma possível extinção dos recursos naturais.

Com a pesquisa bibliográfica, é possível constatar que o comportamento começou a mudar com o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável somado a uma série de fatores que surgiram nas últimas décadas do século XX, sejam imposições legais em nível federal, estadual e municipal, ou contraposições da sociedade organizada.

A população começa a perceber a escassez de recursos, visualizando o seu possível esgotamento (petróleo, água potável, madeira).

4.2 Balanço Social

O Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua.

O Balanço Social é o relatório de divulgação alternativa. O Projeto de Lei nº 3.116/97, em trâmite nas esferas federais, prevê a obrigatoriedade da divulgação do

balanço social por empresas com 100 empregados ou mais, e para as públicas, independentemente do número de funcionários.

O objetivo do Balanço Social é demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida. Possui quatro vertentes: Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em Geral.

O Balanço Ambiental reflete a postura da empresa em reação aos recursos naturais, compreendendo os gastos com preservação, proteção e recuperação destes; os investimentos em equipamentos e tecnologias voltados à área ambiental e os passivos ambientais. Poderá ainda ter características físicas como, descrição das quantidades comparativas de poluentes produzidos de um período a outro, acompanhadas dos parâmetros legais.

No Balanço Social, os gastos ambientais são colocados de forma resumida, podendo ser melhor explorados ou ainda complementados.

As informações do Balanço Social têm importância para divulgar a postura da empresa e para que os interessados em sua continuidade tomem conhecimento da linha de conduta que está sendo adotada pela companhia.

A maioria dos países não possuem legislação obrigando a divulgação de dados relativos ao meio ambiente. A atenção ao meio ambiente por parte das empresas

é um fator estratégico de competitividade, a aplicação de prática da contabilidade ambiental pode e deve ocorrer independentemente da existência de uma legislação prévia tornando-a obrigatória. Nenhuma vantagem competitiva foi imposta como algo obrigatório para as empresas. A seguir, são apresentados modelos de balanço ambiental e balanço ambiental físico.

Quadro 1: Modelo de Balanço Ambiental

BALANÇO AMBIENTAL	
1 – INVESTIMENTOS	
Aquisição de estoques (parcela ainda não consumida)	1.300,00
Aquisição de imobilizado	9.700,00
TOTAL DOS ATIVOS	11.000,00
2 – CUSTOS OPERACIONAIS	
Salários e treinamento	460,00
Insumos utilizados para redução dos impactos ambientais	280,00
Adaptação à legislação	190,00
Gastos com divulgação	320,00
TOTAL DOS RECURSOS OPERACIONAIS	1.250,00
3 – REDUÇÃO DOS REFUGOS	
4 – ECONOMIAS DE CUSTOS	
Economia de energia elétrica	4.300,00
Economia em transporte	2.900,00
Economia de matéria-prima	7.500,00
Economia de gastos com pessoal (saúde, improdutividade, absenteísmo, e outros)	6.200,00
ECONOMIA TOTAL	20.900,00

Fonte: SILVA, Benedito Albuquerque da. Contabilidade e meio ambiente. São Paulo: Annablume, 2003, p. 107.

Balanço Ambiental não precisa focar apenas em dados financeiros, ele pode também ser de natureza física, como adotado por algumas empresas.

Quadro 2: Modelo de Balanço Ambiental Físico

BALANÇO AMBIENTAL FÍSICO	
Quantidade produzida do resíduo X por toneladas	100
Quantidade máxima permitida pela legislação ambiental	120
Proporção entre o realizado e o permitido	0,83
Quantidade produzida do resíduo Y por toneladas	250
Quantidade máxima permitida pela legislação ambiental	200
Proporção entre o realizado e o permitido	1,25
E assim para os demais produtos ou linhas de produtos	

Fonte: SILVA, Benedito Albuquerque da. Contabilidade e meio ambiente. São Paulo: Annablume, 2003, p. 108.

5 COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL EM RELAÇÃO AO MEIO AMBEINTE.

Segundo NAKAGAWA, Masayuki, Custos para a competitividade o termo, “competitividade de uma empresa pode ser definido, em sentido amplo, como sua capacidade de desenvolver e sustentar vantagens competitivas que lhes permitam enfrentar a concorrência. Esta capacidade competitiva empresarial é condicionada por um amplo conjunto de fatores internos e externos à empresa. Em nível interno, a competitividade empresarial resulta, em última instância, de decisões estratégicas, através das quais são definidas suas políticas de investimento, de marketing, tecnologia, de gestão da produção, financeira, de recursos humanos”.

O objetivo das decisões deve ser atingir padrões de preço, qualidade e prazo de entrega competitivos com os padrões vigentes nos mercados atendidos pela empresa.

6.1 Vantagem competitiva

A vantagem competitiva é única e objetiva ser sustentada por competidores ou concorrentes. Sendo mais que uma idéia de estratégias competitivas, pode ou não ser comprovada. Ela tem dois pontos básicos:

- Liderança de custo, quando a empresa consegue preços ao redor da média do mercado e lucros superiores, porque seus custos são menores do que aqueles dos seus rivais.

A gestão ambiental correlacionada aos aspectos econômico-contábil permite a identificação dos custos ambientais gerados pelas atividades e processos organizacionais. Dessa forma, a empresa pode estabelecer planos de ações e mecanismos de controle com o objetivo de mitigar ou eliminar custos, determinante a eficiência da utilização de recursos da companhia, fator chave para acumulação de riquezas.

Esta questão alavanca a estratégia competitiva da empresa a assegurar o cumprimento de seu papel social, por meio da atuação responsável. Junto às exigências e atribuições de responsabilidade que a sociedade estabelece para as empresas, em conformidade com a legislação em vigor, são oferecidas oportunidades. A gestão eficiente detecta oportunidade para investimentos rentáveis onde parece haver apenas exigências e despesas. Mostram caminhos alternativos para um crescimento econômico sem destruição dos recursos naturais.

- Diferenciação, quando o valor é adicionado às áreas de significância real para os clientes que estarão desejando pagar preço prêmio pela distinção ou diferenciação. Isto é possível por uma faixa de produtos ou serviços diferenciados, cada qual desenhado para dar apelo a um segmento diferente, assim como focar apenas num único segmento.

Para a conscientização da importância de atuação ecologicamente correta seria necessário criar pressão para motivar as empresas a inovar, e aumentar a probabilidade de que as inovações nos produtos e no processo em geral sejam

amistosas ao meio ambiente. Isto assegura que uma empresa não possa galgar posições competitivas em relação às outras, fugindo dos investimentos de natureza ambiental.

A comunidade envolvida nas organizações com as questões sócio ambientais pode transforma-se numa oportunidade de negócio. É um dos fatores determinantes do sucesso ou fracasso da empresa.

Os acionistas mais informados tendem a preferir injetar recursos em empresa com preocupação ambiental, por serem mais seguras e conceituadas, o que garante o recebimento dos seus dividendos. Podem assegurar o aporte de recursos para alavancar os negócios.

Os funcionários exigem treinamento, conscientização e competência, o que ajuda na eficiência e na melhoria do processo de produção, reaproveitando o máximo da potencialidade da entidade. Tendo uma imagem segura e confiável, promove a satisfação dos empregados, e pode até mesmo resultar em aumento da produtividade.

No processo produtivo, o primeiro passo para conquistar a vantagem competitiva, é eliminar o desperdício. As empresas não conhecem o custo da poluição em termos de desperdícios de recursos, de esforços e diminuição de valor para o consumidor.

5.2 Importância da competitividade.

A gestão ambiental é encarada como ponto estratégico dentro das organizações. Isso é um ponto de fundamental importância para a competitividade.

A contabilidade do Meio Ambiente vem crescendo e isso é importante para as empresas em geral, pois a escassez ou acessibilidade dos recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornou-se objeto de estudo nas áreas econômica, política e social no mundo inteiro, com isso os progressos em proteger o meio ambiente tem aumentado, conseqüentemente as empresas abrem para a comunidade muitos dados sobre política ambiental, bem como os programas de gerenciamento e impactos referentes ao meio ambiente, e seu desempenho econômico e financeiro.

A gestão ambiental dá à empresa a oportunidade de direcionar valores. Provavelmente ocorre a vantagem competitiva através do reconhecimento público.

O futuro ambiental da empresa pode ser utilizado para gerar operações que tragam resultados sobre a redução de resíduos, com a melhoria das práticas de fabricação, embarque e disposição, podendo orientar estrategicamente em termos da variedade do produto, investimento em pesquisa, tecnologias e leis de políticas públicas.

A gestão ambiental exige como primeiro passo o fim do desperdício na empresa, para que a vantagem seja alcançada, pois as empresas não têm

conhecimento do custo da poluição em relação aos desperdícios de recursos, de esforços, diminuição de valor para o consumidor. Assim, a empresa deve avaliar o processo com a auditoria ambiental, destacando custos desnecessários (gastos em excesso com água e energia), o controle de custos poderá ser utilizado como prevenção de impactos ambientais.

Os gestores precisam identificar e alocar custos ambientais, tendo como base custos e benefícios, muitas empresas já tem um profissional nesta área trabalhando com Contabilidade Ambiental, as fábricas de cimento, usinas de asfalto e muitas outras são um bom exemplo de empresa que tem em seu quadro esses profissionais. Quanto se tem um responsável que contabilize os gastos da empresa, estes tendem a diminuir.

O desafio da contabilidade é mudar as tradições, para o balanço contábil ambiental, contabilidade que seja integrada e que seja competitiva, envolvendo a economia e os movimentos ambientais.

A organização que opta pela implantação da norma ISO 14001 abre novos caminhos no mercado internacional, proporciona vantagem competitiva e introduz sensível redução de custos na operação, além de incrementar a receita com subprodutos do processo.

Na Inglaterra, nos anos 90, a ISO 14001 – Organização Internacional para a Padronização constituiu o Grupo Estratégico Consultivo sobre o Meio Ambiente, a

finalidade deste grupo era elaborar normas para a proteção do Meio Ambiente, as principais normas são:

- Avaliação do processo;
- ISO14.001 – Sistema de Gestão Ambiental;
- ISO14.010 - Auditoria Ambiental;
- ISO14.030 – Avaliação de Performance Ambiental e Avaliação do produto;
- ISO14.020 – Rotulagem Ambiental ;
- ISO14.040 – Análise do Ciclo de Vida.

O certificado de qualidade se dá através da crescente concorrência global, uma vez que os clientes não estão interessados no nível de qualidade ao menor custo. Estão sim dispostos a comprar e usar produtos que respeitem o meio ambiente.

Outro aspecto que deve ser observado quanto a ISO, é que as organizações têm compromissos para com o ambiente que as rodeia, não limitando ao respeito pela legislação aplicável, contudo, passam também por responsabilidades éticas visando a diminuição do impacto ambiental da suas atividades.

A aquisição do Certificação de Sistemas de Gestão Ambiental é um processo voluntário, não é exigido por lei, gerando com isso maior reconhecimento do mercado consumidor, sua implantação requer modificações e adaptações estabelecidas como requisitos de normas de referência acompanhadas periodicamente.

6 O CONTROLE AMBIENTAL COMO FORMA DE ASSEGURAR A QUALIDADE DE VIDA.

Com o progresso, vêm o conforto, as facilidades, a modernidade, e com isso vem aos poucos revelando agressões ao meio ambiente.

Da mesma forma que o avançar da tecnologia que se dá nos países desenvolvidos e lentamente vai chegando aos menos evoluídos, as agressões ambientais, traduzidas pela poluição, nos países adiantados, vão sendo cuidadas todas ao mesmo tempo, desde as formas mais evidentes até as mais complexas e nem tão visíveis como a poluição por óxidos de nitrogênio que têm uma atenção especial e são cuidadas, todas, com igual rigor.

Nos países menos evoluídos, uma das formas de poluição mais freqüente é a poeira na atmosfera, as que saem das chaminés, dos telhados das fábricas, as queimas diversas ao ar livre e que ainda nem são cuidadas.

O controle da poluição do ar começa pelo combate à poluição por poeiras. Todavia, enquanto as nações em desenvolvimento ainda batalham para eliminar esse tipo "primitivo" de poluição, as nações mais evoluídas já o têm como "página virada" e partem para resolver outras etapas, como a poluição pelo CO₂ (dióxido de carbono ou gás carbônico), causador principal do efeito estufa, pelos óxidos de enxofre e nitrogênio, causadores da chuva ácida e pelos clorofluorcarbonos (CFC's), causadores da destruição da camada de ozônio e fortes contribuintes para o efeito estufa. Não se

usa há muito tempo o amianto como isolante térmico que controla com eficiência toda a forma de emissão de hidrocarbonetos cancerígenos.

Se a situação for analisada pelo lado hídrico, vê-se que a história se repete. Enquanto os países em desenvolvimento ainda se encontram no primitivismo do tratamento dos esgotos sanitários e ainda têm muito a caminhar no que diz respeito aos esgotos industriais, nos países adiantados já se cuida da água para o consumo humano sem trihalometanos e sem benzo-a-pireno e ainda com teores rigorosamente controlados de outras impurezas, como metais pesados. Coliformes fecais, vibriões coléricos e outros menos votados, foram esquecidos pelos países desenvolvidos.

Pelo lado dos resíduos, os menos evoluídos, ainda estão com os lixões anti-higiênicos e outros tipos de lixo que maltratam a qualidade das águas doces dos mananciais subterrâneos e de superfície, levando doenças aos usuários dessas águas. Aterro controlado ou outras formas de destinação de resíduos já são assuntos resolvidos nos países adiantados. A preocupação é com o lixo nuclear.

A própria evolução tecnológica vai mostrando os malefícios de produtos que eram ou são de uso freqüente e que eram tidos como inofensivos ao ecossistema e, em particular, à saúde humana.

Embora se saiba que tudo isso é prejudicial, as providências chegam tarde e não tem como amenizar em curto prazo a situação, principalmente por falta de recursos financeiros. O que tem mesmo é que combater inicialmente aquilo que for mais primitivo

e gritante, direcionando, com inteligência os poucos recursos. De que adianta realizar esforços para combater emissões de gases que destroem a camada de ozônio, que provocam o efeito estufa ou que geram as chuvas ácidas se ainda nem chegam ao combate às agressões do meio ambiente por poeiras atmosféricas.

6.1 Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é o procedimento pelo qual o órgão ambiental competente permite a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, e que possam ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que possam causar degradação ambiental.

Com este instrumento busca-se garantir que as medidas preventivas e de controle adotadas nos empreendimentos sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

O Licenciamento é garantia para a preservação da qualidade ambiental, e que abrange aspectos que vão desde questões de saúde pública até a preservação da biodiversidade, com o desenvolvimento econômico. São cada vez mais o debate e a busca por um desenvolvimento que coexista harmoniosamente com o meio ambiente - um desenvolvimento sustentável, que baseia-se em três princípios básicos: eficiência econômica, equidade social e qualidade ambiental. O Licenciamento atua na contribuição para uma melhor qualidade de vida das gerações futuras.

Existe preocupação em conciliar um desenvolvimento adequado com questões relacionadas à saúde pública, de tal forma a promover condições ambientais básicas que não agredam a comunidade e o local onde os empreendimentos serão instalados. Os esforços feitos para promover a melhoria dos níveis de poluição, seja, em termos do ar, água, solo, ruído tornam-se fundamentais. Os empreendedores, cada vez mais, devem ter consciência das necessidades locais e responder às suas prioridades e preocupações.

A preocupação com a saúde pública deve ser de todos, e tem de evoluir no sentido de lidar com novos desafios e com circunstâncias que mudam rapidamente. É necessário que os empreendedores estejam cientes das novidades tecnológicas envolvidas em seus empreendimentos, que visam a prevenção da poluição, e que não necessariamente envolvem custos elevados.

O Licenciamento Ambiental é a ferramenta que permite ao empreendedor identificar os efeitos ambientais do seu negócio, e de que forma esses efeitos podem ser gerenciados. A Política Nacional de Meio Ambiente, que foi instituída por meio da Lei Federal nº 6.938/81 estabeleceu mecanismos de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente visando assegurar em nosso país o desenvolvimento socio-econômico e o respeito à dignidade humana. O Licenciamento é um desses mecanismos; ele promove a interface entre o empreendedor, cuja atividade pode vir a interferir na estrutura do meio ambiente, e o Estado, que garante a conformidade com os objetivos dispostos na política estabelecida.

7 CONCLUSÃO

A necessidade de proteção ao meio ambiente, a preocupação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e sobretudo a garantia da sustentabilidade dos recursos, demanda envolvimento de todos os segmentos da sociedade e a contribuição de todas as áreas do conhecimento humano disponíveis.

O Brasil está enfrentado sérios problemas ambientais pra resolvê-los ou pelo menos amenizá-los. Há necessidade de união entre o poder público, o setor empresarial e a sociedade civil a fim de que juntos possam discutir a atual situação do meio ambiente, e o mais importante, atribuir as responsabilidade de cada um neste processo.

A contribuição da contabilidade se faz na medida em que esta pode estabelecer comunicação entre a empresa e a sociedade, por meio das demonstrações contábeis, que possibilitam aos usuários visualizar as atividades ambientais desenvolvidas pelas entidades no processo de transparência. Permitem as informações quantitativas e qualitativas relativas ao empresarial no ambiente.

A competitividade da empresa aumenta após a adequação de medidas visando melhores taxas de conversão de matérias-primas, menores gastos com energia e com uma força de trabalho conciente, capaz e motivada.

A contabilidade não se propõe a resolver os problemas ambientais, mas face à sua capacidade de fornecer informações, pode alertar os vários usuários sociais para a gravidade do problema vivenciado, ajudando, desta forma, na procura de solução.

A questão inicialmente formulada foi respondida afirmativamente.

REFERÊNCIAS

BONEZZI, Cristiane Belize. Abordagem sociológica da preservação ambiental disponível em < [http: // www.abordo.com.br](http://www.abordo.com.br). Acesso em: 20 março. 2005.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil de 1988.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

Licenciamento Ambiental disponível em < [http: // www. cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/index.asp](http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/index.asp)> Acesso em: 03 maio. 2005

NAKAGAWA, masayuki. Custos para a competitividade. São Paulo: FEA/USP, 1993, Ppp.5-6.

SILVA, Benedito Albuquerque da. Contabilidade e meio ambiente: considerações teóricas e práticas sobre o controle dos gastos ambientais. São Paulo: Annblume/Fapesp, 2003.